

Ética: uma ciência possível em nossas vidas!

Paulo Faitanin - Depto. Filosofia/UFF



Ética

1. Definição: a palavra portuguesa «ética» provém da palavra latina *ethica* que, por sua vez, deriva da palavra grega *éthos*, que significa «hábito» e «costume»; o costume é o que se adquire com o hábito; o hábito é o que se adquire com a repetição de um ato; ora, o hábito adquirido é o que contribui para a formação do caráter da pessoa; ora, porque ninguém nasce com um hábito formado, ninguém nasce com o caráter formado; portanto, o hábito e o caráter não são inatos na pessoa, como são o temperamento e a constituição psicossomática; segue-se disso que o caráter se forma ao longo da vida e em conformidade com os hábitos que se adquirem; se forem hábitos bons, são denominados «virtudes», porque imprimem força naqueles que os desenvolvem para continuarem fazendo o que é bom; se forem hábitos maus, denominam-se «vícios», porque imprimem fraqueza naqueles que os adquirem para continuarem fazendo o que é mau.

2. Ciência: a Ética é uma ciência filosófica, já há muito desenvolvida pelo filósofo grego Aristóteles (384-322), que estabeleceu os princípios que permitiam estudar e analisar os atos humanos; apesar de ser ciência filosófica, a ética pode e deve se colocar a serviço de toda e qualquer ciência que considere a conduta humana; por isso, a ética quando, por exemplo, é posta a serviço da teologia, ela serve para analisar os atos humanos sob a influência dos princípios da fé revelada, as leis de Deus, na medida em que busca estudar as ações humanas inspiradas e orientadas por estes preceitos divinos; denomina-se *Teologia Moral* ou simplesmente *Moral*, a ética estudada em Teologia, enquanto considera os princípios naturais que regem as ações humanas iluminadas ou orientadas pelos princípios sobrenaturais divinos;

3. Método: o filósofo grego sistematizou o estudo dos atos humanos e percebeu que tais atos são influenciados pelas circunstâncias individuais que rodeiam o ato particular, mas que também são edificados e regidos principalmente por princípios inerentes à natureza do homem, como o princípio da *não contradição* (que não permite afirmar e negar uma mesma coisa ao mesmo tempo) e o da *sindérese* (fazer o bem e evitar o mal); percebeu, também, que os hábitos são formados pela repetição dos atos; então ele concluiu que se a repetição dos atos constitui os hábitos, então estudar a natureza dos atos serve para entender a natureza dos hábitos.

4. Objeto: a ética estuda os atos humanos; ato humano é o ato que o homem faz ao pensar, querer e escolher, como piscar o olho para comunicar alguma intenção, como, por exemplo, para paquerar uma jovem, mas ato de homem é aquele que ele faz sem necessariamente pensar, querer e escolher, como simplesmente piscar o olho como consequência de uma necessidade fisiológica; a ética estuda os atos humanos intencionais e busca saber destes atos como é possível que sejam bons ou maus; ora, para entender o motivo pelo qual um ato possa ser bom ou mau, foi preciso que Aristóteles estudasse a natureza dos próprios atos.

5. Resumo: (a) a *razão* é a faculdade por meio da qual o homem adquire o conhecimento certo e verdadeiro das coisas que pode ou não pode, que deve ou não deve, para orientar adequadamente a vontade na sua escolha e decisão; obviamente, um conhecimento falso desorientará a vontade; por isso, se faz necessário alimentar a razão com verdades; (b) a *vontade* é a capacidade por meio da qual a razão se inclina à ação, segundo o assentimento que a razão lhe dá, mediante um juízo prático, para que a vontade em sua inclinação culmine numa escolha e decisão certa e verdadeira, segundo a orientação que recebeu da razão, a qual se denomina intenção, e não motivada fisiologicamente por qualquer um dos instintos ou por qualquer uma das paixões ou mesmo pelas circunstâncias individuais externas; ora, se a vontade for orientada erroneamente pela razão, na medida em que o seu conteúdo seja falso, pelas paixões ou por qualquer um dos instintos, sua decisão embora seja ontologicamente livre, moralmente não o é, porque não será verdadeira e em acordo com a sua natureza; (c) a *intenção* é o que motiva a vontade para a escolha e a decisão de um ato; ora, o que motiva a vontade para uma ação ou é o conhecimento dado pela razão, que pode ser verdadeiro ou falso, ou a influência da paixão, que com relação ao que orienta a razão e ao que de fato busca a vontade, pode ser um bem ou um mal; portanto, para que uma ação seja boa é preciso que a orientação da razão seja uma verdade e que aquilo a que tenda a vontade seja um bem, por estar de acordo com a verdade da razão, pois a paixão pode causar prazer ao corpo, sem que com isso seja necessariamente o verdadeiro bem que a vontade deva buscar, pois a vontade enquanto é o apetite da razão, deve tender para um bem que lhe seja, sobretudo, verdadeiro e não só prazeroso ao corpo; a vontade deve buscar um bem antes para a razão do que para o corpo, porque se é a razão que orienta o corpo, o seu bem também será o do corpo, já que não é necessário que um bem que cause prazer ao corpo, cause necessariamente o bem para a razão, mas o contrário é verdadeiro, ou seja, o bem da alma é sempre um bem para o corpo, ainda que não necessariamente traga-lhe prazer, porque prazer não é

sinônimo de bem para alma; (d) a *liberdade* é o que culmina o juízo teórico da razão com o juízo prático da vontade, enquanto se realiza num mesmo ato em que se concilia ou não o conselho da razão com a inclinação da vontade, cuja a escolha ou não é a decisão da liberdade; (e) a *responsabilidade* é o que resulta do ato da liberdade como a capacidade que a pessoa tem de responder pelas decisões livres da vontade, acerca do que escolhe ou não; (f) o *instinto* é uma inclinação natural fisiológica do corpo humano que visa satisfazer as suas necessidades, sendo no entanto a liberdade um ato que transcende inclusive tais forças fisiológicas, como quando se procura fazer regime, deixar de comer, ainda que se sinta fome; (g) a *paixão* é o sentimento natural humano que pode influenciar a vontade na escolha e na decisão de um ato; a paixão pode habituar a pessoa no que não lhe seja verdadeiramente bom para a vontade e verdadeiro para a razão; isso ocorre se a razão não iluminar a vontade com a verdade, pois se não for orientada pela verdade da razão, orientar-se-á muito mais pela influência da paixão do que pela luz da razão, porque a força da paixão lhe impulsiona imediatamente para o que lhe dá prazer, embora nem tudo que dê prazer seja efetivamente bom para a vontade e verdadeiro para a razão; por isso, para que a paixão influencie adequadamente, sem excesso e privação, é preciso que primeiramente a razão se nutra da verdade e se habitue a aconselhar à vontade, com aquilo que lhe seja certo e verdadeiro, para que ela possa seguir seus conselhos e aproveitar adequada e naturalmente a própria influência positiva da paixão, para que com isso não decorra da influência negativa nenhum hábito que a oriente especificamente para um ato desordenado, conseqüente da desordem da paixão, ou seja, para que não decorra um mau hábito, um vício, mas ao contrário, um bom hábito, uma virtude.

6. Conclusão: o ato humano livre é a mais profunda expressão da autonomia e dignidade humana; ele é o que resulta de uma decisão pensada (razão: entendo o que é comer) e querida (vontade: quero comer) livremente (liberdade: posso comer), segundo uma motivação (intenção: comer) que pode ser influenciada por um sentimento (paixão: o desejo de comer camarão) e se fundamentar numa necessidade fisiológica (instinto: fome), por cuja repetição adquire-se o costume (hábito: comer camarão) que pode ser bom (virtude: se há a temperança no comer e se a fome não se restringe ao comer camarão), enquanto imprime *força* na pessoa que o desenvolve para continuar fazendo o que é bom, como o comer moderadamente ou mau (vício: se há a gula no comer ou se a fome se restringe a comer algo específico), enquanto priva da força devida à pessoa que o adquire tornando-a apta a continuar fazendo o que é mau, como o comer desordenadamente.